

Existem alternativas para a crise brasileira. E existem também fórmulas que, caso aplicadas, farão com que a conta seja paga por outros segmentos da sociedade. De qualquer forma, muita coisa precisa mudar, inclusive o combate à inflação

Alternativas para a CRISE

No debate promovido pelo Correio Braziliense e pela TV Brasília, professores, economistas, senadores e ex-ministros, de opiniões bastante diversas, apontaram as saídas para a economia brasileira, a começar pelo entendimento político

Economia exige solução política

Juvenal Shintaku



No debate, entre os jornalistas do Correio, Lauro Campos, Dercio Munhoz, Severo Gomes, Roberto Saturnino, Roberto Campos e Paulo Niccoli

Não apenas existem caminhos alternativos para se tratar da crise econômica brasileira como, a se manterem as metas atuais, existem fórmulas capazes de distribuir de forma diferente a conta a pagar. Isso foi o que demonstrou o debate organizado pelo Correio Braziliense e pela TV Brasília entre os senadores Roberto Campos, Severo Gomes e Roberto Saturnino, os professores Dercio Garcia Munhoz e Lauro Campos, da Universidade de Brasília, e o economista Paulo Roberto Niccoli, da Secretaria do Planejamento. Pelo Correio, participaram os jornalistas Tarcisio Holland, Eduardo Brito e Arnolfo Carvalho.

Em menos de dez dias, três documentos apontaram, para enfrentar a crise, rumos bastante diversos do que vem sendo adotado pelo governo. Os dirigentes empresariais apresentados como mais representativos do setor encaminharam ao Planalto uma série de críticas e sugestões, endossadas depois por inúmeros outros empresários. O presidente em exercício, Aureliano Chaves, recebeu os dirigentes para um exame dos problemas que levantavam. Depois, o ex-ministro Roberto Campos pronunciou na Associação Comercial de São Paulo um discurso que constitui uma espécie de memorial liberal, em temática poucos dias depois retomada por outro ex-ministro, Octávio Gouvêa dos Bulhões. Finalmente, o presidente do maior partido de oposição, o deputado Ulysses Guimarães, leu à tribuna da Câmara um detalhado programa elaborado pelo PMDB.

Para um exame pormenorizado da crise, o Correio e a TV Brasília convidaram um senador do PDS, Roberto Campos, um do PMDB, Severo Gomes — ambos ex-ministros —, e um do PDT, Roberto Saturnino. Os três parlamentares figuram, sem dúvida, entre os mais capacitados para uma discussão dessa natureza. Convidaram também um técnico da Seplan, que preside a mais importante comissão já constituída para o exame do problema da estatização, o economista Paulo Niccoli. E convidaram ainda dois conceituados professores universitários, ambos do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Dercio Garcia Munhoz e Lauro Campos. A integra do debate que travaram é a seguinte:

O Correio Braziliense e a TV Brasília tomaram a iniciativa de promover uma série de debates a respeito da crise brasileira, convocando personalidades dos mais diversos campos da atividade nacional para debater os temas palpitantes da atualidade nacional, que vão desde a crise econômica, a crise financeira, os problemas sociais decorrentes dessa crise, da hiperinflação, até os problemas políticos e institucionais que constituem, hoje, objeto de preocupação não só dos homens públicos, dos estadistas deste País, mas do homem da rua, do mais simples cidadão. Hoje a TV Brasília e o Correio Braziliense trouxeram a um grande debate, a respeito de três temas de grande importância na atualidade brasileira, os senadores Roberto Campos, do PDS de Mato Grosso, Severo Gomes, do PMDB de São Paulo e Roberto Saturnino, do PDT fluminense, todos três, com grande intimidade em relação aos problemas econômicos do País. Além disso, duas expressões davida acadêmica brasileira, os professores Décio Garcia Munhoz e Lauro Campos, e ainda o dr. Paulo Roberto Niccoli, presidente da Comissão Especial de Desestatização, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Aqui, para entrevistá-los, estão o editor de Economia do Correio Braziliense, jornalista Eduardo Brito, e o repórter Arnolfo Carvalho.

Os três documentos básicos que constituem os pontos principais desse debate, embora eles enfocuem uma infinidade variada de temas, vão desde o projeto liberal para solução da crise brasileira, apresentado numa conferência na Associação Comercial de São Paulo pelo senador Roberto Campos, até um manifesto recente, lançado pelos empresários brasileiros — entre os quais estava o senador Severo Gomes, aqui presente — para debelar a crise econômico-financeira e os problemas sociais que todos reconhecem como gravíssimos. Além disso, o discurso importantíssimo, pronunciado na última quinta-feira na Câmara dos Deputados, depois de dez anos de silêncio, de afastamento da tribuna, por essa figura tradicional e respeitável da política brasileira que é o presidente Nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Correio — Três documentos foram lançados recentemente como uma alternativa à política econômica adotada pelo Governo Federal. Os três documentos apresentam enfoques bastante diferentes entre si, mas têm um ponto em comum: eles fornecem propostas e alternativas concretas para isso. O mais recente deles foi lançado pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no pronunciamento feito na semana passada na Câmara dos Deputados. E é também um documento que fornece propostas mais radicais com relação ao problema da dívida externa brasileira. O programa propõe o abandono das negociações presentes com o FMI, e a declaração de uma moratória unilateral por parte do Brasil.

Gostaríamos de dirigir as primeiras perguntas ao senador do PMDB e ex-ministro Severo Gomes, perguntando a ele em que medida esse tipo de providência seria melhor para a população brasileira, melhor do que as propostas até agora levadas a efeito pelo Governo Federal?

Severo Gomes — A primeira questão é a de que o País precisa recuperar a capacidade de gerar políticas, de acordo com o interesse nacional, de acordo com o interesse dos diferentes grupos que hoje vivem e trabalham dentro do País. E a situação atual, de negociação com o Fundo Monetário Internacional, impõe o quê? Que tudo se resolva a partir das imposições do Fundo Monetário Internacional, com relação à nossa política financeira, a política salarial, lei de remessas de lucros, enfim, tudo que constou da Carta de Intenções ao FMI e que vem se desdobrando por aí abajo. Então, essa é a questão central: recuperar essa capacidade. Nós já estamos hoje, praticamente, na moratória. Mais ainda, estamos sofrendo as consequências de quem tivesse declarado moratória unilateral. Nós não temos crédito externo, estamos com atraídos de mais de dois bilhões de do-

lares, sem nenhuma liberdade de ação, de compor, de arrumar internamente, e diante de políticas que estão levando ao desemprego, à recessão, à destruição do nosso parque produtivo. Então, essa é a questão central: decretação da moratória, o País se mobilizar, unido, para resolver as suas questões, a partir do seu interesse. E moratória até para negociar, porque só a partir dessa declaração de moratória soberana, é que, ai sim, o sistema financeiro internacional, o FMI, sentará para discutir uma nova ordem econômica internacional, em que se possa compatibilizar aquilo que é fundamental interesse da grande maioria.

Correio — Não falta quem acene com a possibilidade de uma moratória ser acompanhada por consequências terríveis para a população brasileira, como suspensão do fornecimento de petróleo e suspensão de todas as demais importações necessárias à condução da vida normal do País. O sr. acredita que isso aconteceria?

Severo Gomes — Hoje nós já estamos, como eu disse, sofrendo todas essas consequências, estamos apertados com relação ao petróleo, com relação às importações; o Banco Central teve que tomar medidas para concentrar todos os negócios cambiais para poder administrar o dia-a-dia, enfim, nós temos que dar este passo, temos que quebrar os ovos para fazer o omelete. Se nós quisermos continuar a discutir com eles, eles discutem dentro da sua lógica, que é a lógica do Fundo Monetário, que é a lógica do sistema financeiro internacional, que pretende o quê? Manter o mesmo tipo de relacionamento do País com os países centrais. E essa lógica é a lógica em que eles, na crise, só têm uma maneira: é nos espoliar mais e mais, como estão fazendo, com as taxas de juros, com as relações de troca e com tudo isso que leva o País para a situação acabrunhante que estamos vivendo.

Correio — O que o Senador Roberto Campos pensa a respeito da proposta do ex-ministro Severo Gomes?

Roberto Campos — Em primeiro lugar, eu não concordaria com a expressão "imposições do Fundo Monetário Internacional". O que se está discutindo é um projeto de solvência, é um programa para combater a inflação e tornar o Brasil solvente. Muitos economistas brasileiros, antes de qualquer contato com o Fundo Monetário Internacional, consideravam prioritária a tarefa de combate à inflação. Infelizmente, há várias maneiras de cair na inflação, e só há uma maneira de dela sair. E isso que indica a experiência universal. A inflação provoca deformações no aparelho produtivo, altera o comportamento dos agentes econômicos e não há meio nenhum de se alterar a estrutura de produção ou de se mudar o comportamento dos agentes econômicos, sem o que, na literatura econômica internacional, se chama a "crise de estabilização". Por ela passaram todos os países que lograram éxito no combate à inflação. Eu desafiaria mesmo qualquer membro da Mesa a me indicar um exemplo histórico, em qualquer Continente, de qualquer País, que tenha conseguido controlar uma inflação de mais de 100%, sem atravessar uma crise de estabilização. Essa forma de romper com o Fundo Monetário para readquirir liberdade de manobra me deixa um pouco perplexo. Liberdade de manobra para quê? Para fazer mais inflação? Já a temos suficiente.

Severo Gomes — Todos nós queremos combater a inflação. O que não queremos é que o arrocho salarial continue. Não queremos jogar a população do Brasil no desemprego e na desgraça.

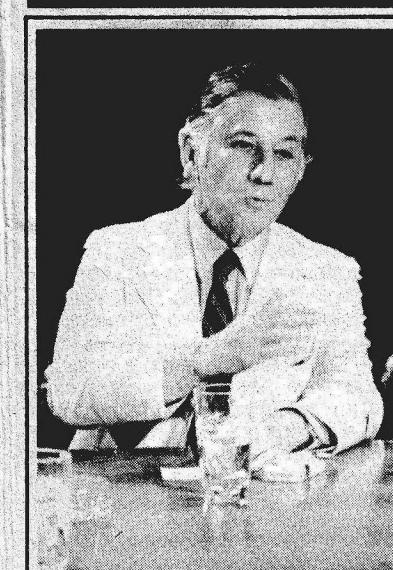
Roberto Campos — Você não quer combater a inflação coisa nenhuma. Pois combater a inflação sem mudar o comportamento dos agentes econômicos e corrigir as deformações estruturais trazidas pela inflação, significa apenas renunciar ao combate à inflação. Outro vez que se tornou moda é atribuir-se a recessão aos entendimentos com o FMI. Mas a recessão começou antes, começou em fins de 80, e se intensificou aceleradamente em 81. Nós começamos a negociar com o Fundo Monetário Internacional em outubro

e nós sairemos das negociações com um grau de insolência ainda maior ou igual. Por quê? Porque nós estamos insolventes, só de juros devemos US\$ 2 bilhões atrasados e somos o primeiro da fila: devemos US\$ 2 bilhões. Nós estamos com um débito de US\$ 4 bilhões atrasados. Segundo, o desemprego crescente, e o programa do Fundo aprofunda o desemprego, e a inflação acelera.

Roberto Campos — A inflação é que agrava o desemprego...

Dercio Munhoz — A inflação é provocada pelo problema da desestabilização. Então, o programa do FMI eu acho danoso, e acho que para o Brasil não dá solução: ou nós saímos do programa do Fundo e partimos para um programa — ai eu concordo com o Senador — um programa para discutir os problemas da economia brasileira: o que nós queremos para o futuro não é um programa de desgoverno, é um programa para se discutir e se implantar. Agora, não há necessidade — e há toda uma conveniência — de que não seja esse tipo de programa que está.

Correio — O Senador Roberto Campos colocou a questão de inflação como a central. Afinal de contas, Senador, quem é que ganha com a inflação brasileira?



Severo Gomes

Romper com o FMI não traria efeitos piores que estes. Temos que quebrar os ovos para fazer o omelete

Roberto Campos — Certamente não ganham as classes assalariadas, e isso é a minha preocupação. Quando a gente fala em preservar o salário real do trabalhador, quando a gente fala em justiça social a primeira coisa a apontar são os danos que a inflação causa ao tecido social e às classes assalariadas. Várias classes, emergencialmente, ou acidentalmente, podem ganhar da inflação. O setor financeiro às vezes ganha da inflação, quando a inflação torna a forma de investimentos imobiliários, o setor de construção é o beneficiário (o que presentemente não ocorre, pois o setor está até deprimido). Não há uma sintomática redução dos subsídios, exatamente aquilo que o Fundo Monetário advoga: explicitamente, no discurso do Deputado Ulysses Guimarães se advoga "uma redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos". Em outras palavras, se ele realmente quer uma modificação de preços relativos, ele está também advogando o expurgo, que é a única maneira de fazer com que vingue essa modificação de preços relativos. De outra maneira, a reciclagem da renda através da economia impedia a mudança dos preços relativos. E a modificação de preços relativos, de outra maneira, a reciclagem da renda através da economia impedia a mudança dos preços relativos. Só duas constatações para mim interessantes. Mas o professor Munhoz, para mim, não respondeu a pergunta crucial: qual o País do mundo, e em que época, conseguiu curar uma crise inflacionária de 100%, sem um doloroso transe de estabilização?

Roberto Munhoz — Eu gostaria de tentar responder nos seguintes termos: normalmente nós temos programas ortodoxos de estabilização; as vezes apontam a programar os menos ortodoxos. Os problemas dos menos ortodoxos são eles que eles contrariam os dogmas, contrariam as instituições internacionais e contrariam os países que dão apoio político

a países com problemas, países do Terceiro Mundo. Então, nós observamos que jamais se conseguiu algum tipo de programa de estabilização que não fosse ortodoxo, porque logo há um tipo de desestabilização política — às vezes política, outras vezes a desestabilização se deu, a história mostra, pelas armas. E com isso se consegue um governo e os meios formadores de políticas que sigam os padrões ortodoxos.

Roberto Campos — Mitterrand tentou, na França, um programa não ortodoxo, e hoje se arrependeu.

Dercio Munhoz — Não, o Mitterrand tentou um programa de distribuição. Eu não estou dizendo que existem programas de distribuição, as esquerdas acho que têm cometido muitas coisas, como o próprio Chile, onde se procurou dar via salário uma redistribuição. Não estou dizendo que os programas fossem viáveis, estou dizendo que este não é viável, porque ele desestabiliza os países, e que se pode fazer alguma coisa. Não tentativa de reduzir horas de trabalho, de repente, a menos que a economia esteja crescendo em produtividade, mas pode-se fazer alguma coisa. Agora, eu digo o seguinte: num determinado momento, que temos uma inflação de 100%, temos que partilhar de programas que reduzem essa inflação e esse é o caminho, mas jamais um programa como o do Fundo, que acelera a inflação pura e simplesmente, porque estamos usando instrumentos relativos. E eu também me surpreendi, com o documento do PMDB — estou de acordo com o Senador. Só que essa mudança de preços relativos se dá via inflação, na verdade provocando a inflação, e alocando dos assalariados. Essa política que o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais, uma economia de 600 bilhões de cruzeiros

Alguém pagará a conta, com certeza

Alternativas para a CRISE

para não deixar que os assalariados ganhem um aumento de salário real. A inflação é sobre todo uma disputa por fatias da renda global gerada dentro do país. A decisão de combater a inflação é de passar a fatura para alguém, é uma decisão política de determinar quem ganha e quem perde. O governo, no seu programa, e o Fundo Monetário também, nas suas exigências, querem que a fatura seja passada para o assalariado.

Decreto-lei 2.045, cortando-se 20% dos salários dos trabalhadores. Acho que poderia se escolher outro caminho. Eu, por exemplo, vejo quatro pontos, em que se poderia combater pelo combate à inflação: se poderia instituir uma tributação mais pesada sobre ganhos de capital, sobre heranças, sobre patrimônio, isto é, passar uma boa parte da fatura para quem ganhou mais com esse modelo econômico vigente. Quem pode deve pagar nessa hora. Poderia se conseguir algumas centenas de bilhões de cruzeiros, por via da tributação, sobre ganhos de capital, sobre heranças, sobre patrimônios. Poderia se desvalorizar de alguma forma essa dívida interna colosal, que gera um dispêndio imenso nos orçamentos públicos para pagar a correção monetária, correção cambial e juros elevadíssimos dessa dívida; poderia se adotar uma fórmula de redução do valor real dessas dívidas, e por conseguinte passar uma parte da fatura para os detentores desses títulos; ao sistema bancário, em grande parte, mas também a alguns capitalistas nacionais que tomaram esses títulos. Se poderia passar uma parte da fatura para os especuladores; se poderia, por exemplo, enxugar ou mesmo reduzir drasticamente as atividades do "open marketing" e cortar por aí esse fator especulativo que, a meu ver, é um dos motores principais desse processo inflacionário; se poderia tabelar os juros, o governo até chegou, engraçado, a tabelar os juros e uma semana depois destabeleceu. Quer dizer, passar uma parte da fatura para os banqueiros, que talvez foi o segmento social que mais ganhou nesse processo. Se poderia estatizar os bancos — é uma posição do meu Partido: estatizar os bancos e por esse lado também cortar uma boa parte da especulação. O professor Dercio tem razão, não tem sentido nenhum cortar subsídios à agricultura, mas o subsídio à exportação é uma conta sem teto no orçamento monetário. Claro que isso é a sociedade, é o pobre povo fumíto do Ceará, que está pagando o consumo dos ricos, povos da América do Norte e da Europa, que importam os nossos produtos subsidiados, pagos por esse pobre povo brasileiro. Claro, quem ganha com isso? Os exportadores, que de certa forma são os que ganham e pelo menos mantêm a sua fatia da renda inalterada. Então, por aí se vê que se pode combater a inflação determinando perdas em setores da sociedade que ganham mais e que poderiam agora pagar a fatura. Mas não! Mais uma vez, por exigência do Fundo Monetário, por subserviência do Governo Federal, da sua política econômica, passa-se a fatura para o trabalhador, para o assalariado, corta-se 20% dos salários e vamos ver o que da. E isso que objetamos. Que alguém tem que perder, está claro que tem que perder. Não se combate a inflação senão determinando uma perda, isto é, determinando quem, politicamente, vai pagar a fatura. A questão é que nós defendemos uma parte da sociedade e o governo — e não sei se o senador Roberto Campos — defende a outra parte, que é também defendida pelo Fundo Monetário. E uma questão política, é uma questão de lealdade política, de compromissos políticos.

Correio — Professor Paulo Nicollini, o que o senhor acha da estatização dos bancos, o senhor que é o presidente da Comissão Especial de Desestatização?

Roberto Saturnino — Se ele disser que é a favor ele estará demitido amanhã...

Paulo Nicollini — Nós estamos desenvolvendo, há exatamente dois anos, um programa que visa basicamente a desestatização da nossa economia, visa fazer com que o Estado reflua suas fronteiras originais, ao mesmo tempo em que estamos procurando demonstrar a sociedade como um todo as vantagens administrativas e econômicas deste programa. Não se trata de um auto de fé contra as empresas estatais, ou contra determinada empresa estatal. Nós sabemos que há necessidade de entidades estatais num processo econômico, como indutoras de um processo de desenvolvimento. Mas o que nós estamos procurando é levar a bom termo um trabalho de racionalização desse universo de empresas estatais. Nós acreditamos que houve realmente uma proliferação, principalmente nos últimos vinte anos, de entidades estatais. E esse trabalho que acreditamos e que devemos levar a bom termo até o final do governo do Presidente Figueiredo.

Correio — Gostaríamos de mudar um pouco a ênfase da discussão. Pelos documentos que têm sido apresentados, as propostas alternativas que têm sido apresentadas, parece que o ponto principal, que está tocando todo mundo — empresários, trabalhadores, as empresas estatais, o governo — é a recessão. Estamos com um crescimento zero do PIB programado para este ano. Pelo programa combinado com o FMI, esse crescimento zero se repetirá no próximo ano e, então, já iremos para o terceiro ou quarto ano de crescimento negativo do produto. E isso que está afetando a todos nós. A pergunta é feita inicialmente ao senador Severo Gomes — que também é empresário e deve sentir na sua empresa esse problema: é possível, na sua opinião, conseguir um programa não recessivo, apenas rompendo com o FMI, com o capital externo?

Severo Gomes — É preciso lembrar o seguinte: nós estamos com essa recessão toda, e uma recessão que vai se agravar enormemente com as medidas que estão sendo implantadas, como é o caso do Decreto-lei 2.045. Porque esse decreto-lei não tem nenhuma lógica com relação à contenção da inflação. Mesmo porque, se a redução de salários ajudasse a conter a inflação, ela já deveria estar domada, porque os salários estão baixando no País, e a classe média sofreu o maior desastre da sua história.

Correio — Gostaríamos de mudar um pouco a ênfase da discussão. Pelos documentos que têm sido apresentados, as propostas alternativas que têm sido apresentadas, parece que o ponto principal, que está tocando todo mundo — empresários, trabalhadores, as empresas estatais, o governo — é a recessão. Estamos com um crescimento zero do PIB programado para este ano. Pelo programa combinado com o FMI, esse crescimento zero se repetirá no próximo ano e, então, já iremos para o terceiro ou quarto ano de crescimento negativo do produto. E isso que está afetando a todos nós. A pergunta é feita inicialmente ao senador Severo Gomes — que também é empresário e deve sentir na sua empresa esse problema: é possível, na sua opinião, conseguir um programa não recessivo, apenas rompendo com o FMI, com o capital externo?

Severo Gomes — É preciso lembrar o seguinte: nós estamos com essa recessão toda, e uma recessão que vai se agravar enormemente com as medidas que estão sendo implantadas, como é o caso do Decreto-lei 2.045. Porque esse decreto-lei não tem nenhuma lógica com relação à contenção da inflação. Mesmo porque, se a redução de salários ajudasse a conter a inflação, ela já deveria estar domada, porque os salários estão baixando no País, e a classe média sofreu o maior desastre da sua história.

Roberto Saturnino — Quero pegar

quando o Juscelino Kubitschek, com um grau de emocionalidade comparável ao de hoje rompeu com o Fundo Monetário Internacional. Durante um período curto ele conseguiu manter importações, vendendo promessas de venda de câmbio, mas quando chegou o momento do pagamento não havia divisas para honrar os compromissos. Já havia mudado o governo: ascendera Jânio Quadros. E a minha primeira missão, logo nos primeiros dias do governo de Jânio Quadros, foi ir ao Clube de Paris, enquanto o embaixador Moreira Sales ia a Washington para obter o reescalonamento de dívidas insuportáveis. A primeira reação dos bancos e governos credores foi simplesmente: "Negociem primeiro com o FMI". Rompermos com o FMI, não nos traria nenhuma folga; ou antes a folga seria ilusória, porque há bancos ainda dispostos a financiar nossas importações, que cessaram de fazê-lo. Haveria uma interrupção abrupta durante um momento de choque. Em segundo lugar, nossas exportações dependem de financiamentos externos: há o pré-financiamento de exportações e há o desconto de contratos de exportação. Isso é necessário. Em ambos os casos a diminuição da potencialidade de exportar, e da capacidade de importar, resultaria em maior desemprego. Não vejo, portanto, em que seríamos auxiliado por essa atitude emocional de ruptura com o FMI que, aliás, não nos impôs nenhum programa, apenas solicitou que o governo brasileiro apresentasse um programa coerente. Se o governo brasileiro decidisse tributar fortemente vários setores da comunidade, talvez até pudesse ter uma política salarial mais leniente, apesar de que eu vejo que o PMDB está de acordo com o Fundo Monetário Internacional; deve haver uma adequação dos salários reais à produtividade, se a produtividade nacional bairou é impossível evitar que baixa remuneração dos diversos fatores, e um dos fatores, o mais importante, certamente, é o fator trabalho. Não temos ilusões. Num momento de emocionalidade, de afirmação machista, nós podemos romper com o Fundo Monetário Internacional; e que virá depois a farrá? Depois dessa farra nós teremos uma manhã amarga de desilusão. E provavelmente teremos que voltar novamente ao Fundo Monetário Internacional porque não encontraremos apoio na comunidade financeira internacional.

Severo Gomes — Todos esses créditos a que você se refere, financiamentos, nós já não temos, nós já estamos atrasando pagamentos...

Roberto Campos — Esses fundos foram negociados... As importações continuam fluindo para o Brasil. E sua vasta maioria, de acordo com as instruções do Banco Central, são financiadas a 180 dias de prazo. Se não houve ainda cessação de continuar importando, é porque temos crédito residual. E haveria mais créditos se nós já tivéssemos chegado a um acordo com o FMI. O que está obstaculizando os chamados Projetos número 3 e 4 não é a falta de vontade dos bancos de estenderem créditos, conquanto não querem estendê-los no volume que desejamos. E o fato de não termos chegado a um acordo com o FMI, dando a comunidade internacional a impressão de que realmente não queremos combater a inflação. E devemos evitar medidas como essas sugeridas pelo deputado Ulysses Guimarães abruptas e unilaterais: "A dívida será paga num prazo nunca inferior a 25 anos". Ele não distingue sequer os diversos tipos de dívida, por exemplo, a dívida com o Banco Mundial, e a dívida com o Banco Interamericano, que já são praticamente a 25 anos, e a juros fixos. Depois continua: "Devemos, não negamos, mas pagaremos quando pudermos e quanto pudermos". Sem negociar com o credor, preservando as condições de vida do novo povo e o interesse nacional. Agora, depois de ler com cuidado isso, entendo porque um banqueiro, meu amigo brasileiro, que está em Nova Iorque, telefonou-me hoje de manhã dizendo: "Vocês inventaram as brasileiras". O que é isso? — pergunto eu. Responde ele: "Havia no Brasil uma onda de protestos contra as polônias", quer dizer, as promissórias do Banco Central da Polônia reconhecendo a dívida e dizendo que sua liquidificação ficava subordinada à existência de disponibilidades, provavelmente geradas pelas exportações. Ora, o que o PMDB está dizendo à comunidade financeira internacional é a seguinte: ficam as promissórias brasileiras convertidas em "brasileitas": p' garemos quando pudermos, e quanto pudermos". E neste momento entendemos que o prazo deve ser de três anos de carência e 25 anos de pagamentos. Essas condições podem até ser realistas, e poderiam mesmo tornar-se aceitáveis pelos credores, mas isso como resultado de negociação, e não como condição unilateral. Tal como foi enunciada a proposta do PMDB, o que temos é a conversão das nossas promissórias em "brasileitas".

Correio — Não há dúvida que hoje, vivemos uma recessão. Agora, ao mesmo tempo, a inflação continua cada vez maior. O senador Roberto Campos falou há pouco na crise de estabilização. Gostaríamos de perguntar ao senador: nós estamos vivendo hoje a recessão errada?

Roberto Campos — Em primeiro lugar, a inflação é como gravidez: não há uma pequena gravidez, ela sempre tem um desenlace fatal. Segundo, em qualquer país do mundo, a inflação é o maior desestímulo ao investimento. Se nós queremos, queremos sair da recessão temos que promover investimentos, e não conseguiremos promover investimentos nessa situação inflacionária. Com 100% de alta de custos e explosão de orçamentos o investidor privado simplesmente não investe: não investiu em 1963 e não está investindo hoje. O investidor estrangeiro foge porque tem a certeza que a inflação vai seguir a desvalorização cambial. O governo, desse sim, pode continuar os investimentos, por algum tempo, mas com explosão dos orçamentos e aceleração da corrida inflacionária. Não, há, portanto, meios de se procurar retomar o crescimento sem primeiro fazer um esforço sério de conter a inflação. Isso não é peculiaridade brasileira: é uma tragédia encontrada em toda a história mundial. Será que romper com o FMI nos dará alguma folga? Por ser mais velho, talvez, que qualquer outro aqui na mesa eu tenha um pouco mais de experiência com isso. Assistiu a essa peça de teatro?

Roberto Campos — Quero pegar

a deixa do senador Roberto Campos dizendo que, de fato a inflação é um dos fatores que determinam a redução dos investimentos e que geram a recessão, o desemprego e tudo o mais. E somos a favor também de um combate à inflação, só que passando a fatura a outro grupo social, e não aos assalariados, principalmente aos assalariados de baixa renda. E não concordo com o senador, quando ele diz que toda inflação é inflação, quer dizer, comparando com a gravidez. Não, eu acho que existem graduações. Antes nós convivemos com uma inflação de 30, 40% ao ano, sem queda dos investimentos, porque a sociedade se conformou com isso e o empresariado tinha confiança na perspectiva do desenvolvimento econômico. Então, uma redução da inflação a patamares mais baixos será muito útil à retomada do processo de desenvolvimento, desde que a conta seja passada a quem pode e deve pagar. Mas acho que existem outros fatores de recessão, de queda dos investimentos, que são tão importantes, ou talvez até mais do que a inflação. Eu citaria a especulação financeira, a qual já me referi. Quem pode fazer investimento a essas taxas de juros que estão vigendo no mercado financeiro nacional? Efetivamente, ninguém. Negócio honesto não dá. Então, só negócio desonesto ou golpes.

Roberto Campos — Infelizmente, é o governo que fixa essas taxas.

Roberto Saturnino — Perfeito, estou de acordo. Mas o fato é que esse é um fator altamente recessivo e gerador de desemprego. Em segundo lugar, outro fator terrível é a falta de confiança no governo, no seu setor econômico, na sua política econô-

mática desde que o governo recapturasse um pouco mais de confiança, que ele perdeu totalmente, que persiste em continuar nos mesmos rumos, com as mesmas pessoas dizendo as mesmas coisas e as mesmas falsidades.

Correio — O senador Roberto Campos considera possível um entendimento político, como admitiu o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães?

Roberto Campos — Considero não só possível como desejável. A rigor considero como uma condição de salvação nacional. O que é preciso é realmente discutirmos racionalmente e não emocionalmente os problemas. Então, há uma grande dose de afinidade básica entre a posição do senador Saturnino e a minha. A distribuição dos sacrifícios pela comunidade podia ser melhorada. A rigor, há setores que ainda não estão carregando sua adequada carga tributária.

Roberto Saturnino — E acho que isso, politicamente, é viável, o Sr. não concorda?

Roberto Campos — Acho perfeitamente viável. Concordo em que o "open marketing" é uma tremenda deformação dos seus propósitos originais. Isso deve ser corrigido. Considero que algumas das sugestões para a nominatividade de títulos, que permitiriam, então, com que a tributação progressiva fosse realmente progressiva era um meio de redistribuir melhor o impacto sobre a comunidade. O que queremos é racionalidade, uma visão desapixonada das coisas, sem essas erupções emocionais que às vezes nos atacam, e uma discussão realmente em torno de um projeto nacional que eu chamo de solvência, porque todo mundo fala independência, mas não há independência sem solvência. Precisamos primeiro ser solventes, para então fluirmos totalmente os benefícios da independência. Um Brasil insolvente pode dizer-se independente, mas não o é.

Correio — Como será possível chegar a um entendimento, entre propostas e forças tão antagônicas?

Dircio Munhoz — Eu acho que esse entendimento exige evidentemente uma certa organização da sociedade e uma certa organização do País. E o programa do FMI — esta é a questão colocada pelo Arnolfo Carvalho, se coloca, nisso aí, como um entrave ao entendimento. Por quê? Porque nós estamos vendo que as contradições se tornam mais agudas dentro do País, porque o programa do FMI não é como parece, que ele vai dar folga ao País para restaurar o nível de emprego. Não é isso, o programa do FMI não vai restabelecer as condições de solvência externa, pois os recursos são muito pequenos. O programa joga o Brasil nos braços dos banqueiros, com uma exigência de que nós paguemos juros de 17% ao ano, ou seja, de que paguemos este ano 12 bilhões de dólares de juros — eles estão financiando 4, nós devemos pagar 8 bilhões de juros e não temos recursos. Então, vamos ao FMI mas com a economia estagnada e a recessão se aprofundando, e o emprego se aprofundando e a inflação se acelerando. Então essa é a questão: o FMI não é uma questão apixonada, é que o programa deles não resolve nenhum dos problemas do País e agrava dois, vitais, que são o desemprego e a inflação. Então, vejo que a implementação desse programa, a cada mês, encrasta o espaço para que a sociedade organizada possa discutir politicamente a saída. Por isso que se defende a paralisação do programa do FMI para a gente não ir até o final, que corresponde a cortar os 20, 30% da massa de salários, no mínimo. Os meus cálculos chegam até a mais um pouco. E o FMI Monetário diz taxativamente que são 30%, ou pessoas ligadas ao FMI. Eu digo o seguinte: como é que vai se restabelecer investimentos, que é uma preocupação válida do senador Roberto Campos, é uma preocupação válida de todos os que querem retornar às reáreas do poder — como altamente benéfica para nós. E outros ainda que querem permanecer no poder. De modo que, então, cada um desses grupos, infelizmente, tem uma visão parcializada do problema. O assalariado, a massa popular, está completamente alheia a esses acordos, a essas unidades, a essas unidades, a essas propostas que estão sendo mais ou menos tentadas atualmente. Eu acho que, infelizmente, não devemos esperar 1936, nós devemos esperar 1939, quando a crise de 1929 começou a ser superada. Realmente, ela só foi superada em 1941. De modo que, então, eu acho que a potencialidade crítica hoje é superior. E há uma emergência, uma premissa, os industriais querem retomar as atividades, os banqueiros querem manter a sua taxa de lucro, os tecnocratas querem manter os seus cargos e o seu poder, no Governo. Então, a partir daí o que existe com essa premissa toda é que nós podemos tomar a iniciativa de estatizar a máquina. Hoje quem afirma, de acordo com o seu ponto de vista específico, querendo retomar uma posição no Governo, que a solução para voltarmos a um "laissez faire", a uma economia liberal, desenterrando esta acumulação estatal, abrindo a economia de novo a novos investimentos em outros setores que deveriam ser entregues ao capital estrangeiro etc, através de novos estímulos e incentivos a esta cooperação que é tida por este grupo — que quer retornar às reáreas do poder — como altamente benéfica para nós. E outros ainda que querem permanecer no poder. De modo que, então, cada um desses grupos, infelizmente, tem uma visão parcializada do problema. O assalariado, a massa popular, está completamente alheia a esses acordos, a essas unidades, a essas unidades, a essas propostas que estão sendo mais ou menos tentadas atualmente. Eu acho que, infelizmente, não devemos esperar 1936, nós devemos esperar 1939, quando a crise de 1929 começou a ser superada. Realmente, ela só foi superada em 1941. De modo que, então, eu acho que a potencialidade crítica hoje é superior. E há uma emergência, uma premissa, os industriais querem retomar as atividades, os banqueiros querem manter a sua taxa de lucro, os tecnocratas querem manter os seus cargos e o seu poder, no Governo. Então, a partir daí o que existe com essa premissa toda é que nós podemos tomar medidas que são foras do "timing", elas não terão eficiência se não vierem no tempo devido. Schumpeter acha que a economia capitalista é dotada de um processo de dinamização destruidora, é preciso, de acordo com Marx, reduzir a composição orgânica, ou de acordo com o ministro Roberto Campos, que haja uma sangria depuradora da economia — os termos são dele. Então, esta sangria depuradora significa redução do capital constante, significa reduzir o excesso de capital produtivo, produtor, de acordo com Keynes. Então, é necessário que haja um processo, um "timing", para que isso se realize e para que, então, medidas — se houver medidas nesse estágio — sejam então tomadas. Medidas tomadas fora do tempo é como querer recuperar uma criança de sarampo no primeiro dia de febre dando, por exemplo, uma injeção de penicilina — pode piorar o problema. Tem uma evolução o processo, tem "timing", tem uma duração. As medidas não podem ser urgências, pelas pressões individuais, pelos interesses individuais e pelas particularidades dos grupos de interesse que dominam o pensamento.

Correio — Como operar concretamente e objetivamente esse entendimento, Roberto Saturnino?

Roberto Saturnino — Vocês botam o dedo na ferida: É isso mesmo, é o que a Nação toda está a se perguntar e a perguntar aos políticos. E as respostas estão vindo. O meu partido, o PDT, já há muito se dispôs a esse entendimento. O PMDB, pela voz do seu presidente, aceita a tese do entendimento, da negociação política, econômica e tudo mais. Os empresários, com o seu manifesto, ofereceram a Nação acho que um excelente ponto de partida para toda essa negociação. O próprio senador Roberto Campos — que é uma das vozes mais expressivas do PDS — disse e se manifesta de acordo, dizendo que não só é viável, como é necessário, é indispensável esse entendimento. Assim como vários outros parlamentares e representantes do PDS. O que é que está faltando? Num regime presidencialista a iniciativa desta negociação é do Presidente da República: isso é que precisa ser dito. O Presidente da República é que tem que convocar a Nação, os partidos de oposição, as lideranças trabalhadoras, as lideranças empresariais, para esse grande diálogo, do qual se extraia, consenso nacional, pelo menos que abrange uma maioria significativa, expressiva e largamente majoritária da Nação. O vice-presidente Aureliano Chaves, quando na Presidência, deu demonstrações de que isso é possível, recebeu empresários, recebeu trabalhadores ainda na semana passada, aqui em Brasília. E cabe ao Presidente da República tomar essa iniciativa. É claro que ele não quer e não pode jogar essa iniciativa no vazio, ele tem que fazer previamente sondagens para determinar quais seriam as linhas gerais e os pontos principais desses entendimentos. Por que não se comece isso? Por que não se fazem essas sondagens, por que o diálogo entre os partidos não se estabelece para calçar e formar a base de um entendimento, a partir da qual o Presidente da República convoque os partidos, as forças políticas, as

forças econômicas, para isso que toda a Nação está ansiosa, que é o entendimento nacional, capaz de dar respaldo a uma verdadeira política econômica de salvação desse País e de recuperação da nossa economia?

Lauro Campos — Eu gostaria de fazer duas observações: a primeira é a respeito de uma assertiva do Ministro Roberto Campos, segundo a qual não existe investimento com inflação. Essa assertiva é algo de estarrado, diante da afirmação de dois economistas muito respeitáveis, os que por acaso estão comemorando hoje, neste ano, um centenário de morte e o outro o seu centenário de nascimento. Um é Karl Friedrich Marx, e o outro é o Lord John Maynard Keynes. De acordo com ambos, em um pensamento quase que idêntico, quase que vazado nas mesmas palavras, eles afirmaram que o processo de acumulação de capital que inaugura a idade moderna, a era moderna, se inicia quando o Novo Mundo fez afilar para o Velho Mundo, o euro e a prata, provocando a inflação secular dos séculos XVI e XVII. Essa inflação dinamizadora dos investimentos, necessária à economia capitalista

O FMI sabia onde o país ia parar

nenhuma que soube comandar o processo de relacionamento, naquele momento, da economia brasileira, conduziu a moratória, e a conduziu muito bem, no meu ponto de vista. Ele reduziu mais ou menos a 30% a receita das exportações que seria afetada com o pagamento dessa dívida externa. De modo que então, nós teríamos aí, se a coisa fosse mais ou menos essa, nós teríamos aí um alívio, para que as nossas importações necessárias de insumos básicos, petróleo etc, fossem importadas.

Décio Munhoz — Pelo que entendi, o professor Lauro diz não é rompimento, é o confronto com o sistema para nos tentarmos obter melhores condições de renegociação. Porque, com o programa do Fundo vamos chegar a esse confronto, eu digo, deitados, agachados. Então, temos que fazer esse confronto agora, de pé, propor alguma coisa que interesse ao sistema financeiro, mas que não destrua o País. Então, eu estou de acordo com o professor Lauro: este confronto tem que ser feito, e logo, propondo algo viável, mas algo que permita ao País se recuperar o nível de atividade e o nível de emprego, porque, senão nós estaremos, em 1985, no final do programa, contabilizando 8 milhões de pessoas que chegam na cidade, porque a zona rural está libertando mão-de-obra, 8 milhões de pessoas que não encontram emprego. O País não aguenta. Então, acho que o confronto tem que ser mesmo com uma proposta.

— Lauro Campos — Eu gostaria de dizer só mais uma coisa, que acho importantíssima: na crise de 1857, na crise de 1907, por exemplo, em todas as crises, a taxa de juros subiu; na crise de 1907, de acordo com Tugan Baranowsky, no livro dele sobre as crises industriais na Inglaterra, subiu de 2,5 até 3%, a 125%. Hoje, nos Estados Unidos, a taxa de juros está sendo artificialmente controlada, ela está sendo controlada graças a um controle de inflação que não vai subsistir diante das vésperas da eleição. Quando o Governo aumentar para 230 bilhões de déficit orçamentário que ele tem este ano, a taxa de inflação nos Estados Unidos vai subir e a taxa de juros internacional vai chegar a um nível superior àquele que ela estava há pouco tempo: a bem mais de 20% ao ano. E aí, então, quaisquer esforços nossos de tentativas de pagamento serão completamente vãos, completamente inúteis. A taxa de juros poderá caminhar para os 125% ao ano que ela atingiu na crise de 1907, quando ela era de 2,5%.

— Correio — Ai nós entramos na questão da renegociação que está sendo conduzida neste momento pelo ministro Delfim Netto. Parece que a sociedade, de uma forma geral, vinha pedindo, uma renegociação ampla, talvez global, e no entanto está sendo conduzida uma renegociação apenas parcial. O Governo vai negociar com os banqueiros apenas as amortizações e não os juros. Nós colocaríamos para o professor Décio Munhoz e, logo em seguida, para o senador Severo Gomes, essa questão: quais são os pontos básicos da proposta de renegociação que poderia ser feita no lugar dessa renegociação do Governo — esquecendo um pouco a questão da moratória, que parece descartada, pelo menos durante esse curto período?

Décio Munhoz — Acho que a renegociação foi feita nas etapas anteriores, muito tendo em conta os interesses de sobrevivência dos negociadores, e não do interesse do País. Então, as negociações foram malfeitas, nós estamos repetindo erros passados. Nós não podemos dizer aos bancos, hoje, na renegociação, que nós não podemos pagar esses 17%, que queremos juros de 5%. Não há condições porque é muito complexo, isso tem que ser discutido ao longo de um ano, dois anos, ao nível internacional. Mas é essencial. Nós não podemos dizer aos bancos e aos outros países que queremos abertura de mercado para pagar a dívida com mercadorias, porque isso é uma questão para ser discutida a nível internacional.

Mas, nós temos que dizer aos bancos que queremos espaço para discutir. Espaço para discutir significa "ao pagamento de juros, porque nós, não podemos; empréstimos mais automáticos para pagar presações de juros, garantidos por um ano ou dois anos, para que possamos restabelecer as importações a um certo nível, e reavivar a economia. Depois, então, vamos sentar a mesa para discutir o essencial: taxa de juros. O Brasil não pagar mais do que 5 ou 6% de juros. E uma questão complexa. O mundo, segundo ato, eu tenho a visão, jamais se defrontou com algo com a amplitude dos desequilíbrios e com a generalização dos problemas de desequilíbrios, de tantos países. Tem que enfrentar esse problema, tem que enfrentar o problema de comércio, porque ninguém paga, a não ser no comércio ou com empréstimos novos. Então, temos que abrir espaço para uma proposta concreta.

— Correio — Senador Severo Gomes, o senhor não acha que seria mais viável, a curto prazo ao invés da moratória que o PMDB propõe, essa renegociação mais ampla, de chamar os credores e pedir os três anos de carência?

— Severo Gomes — Em primeiro lugar, ninguém faz negociação sem capacidade de contrato, quer dizer, ninguém faz a negociação sem capa-

cidade de recusar a negociação. Se você entrar amanhã numa loja para comprar uma geladeira e quiserem cobrar 20 milhões de cruzados numa geladeira, "não quero", você é obrigado a comprar. Então, negociação só há quando você pode recusar os termos de negociação. E essa é a questão de moratória. Os bancos individualmente não podem negociar carencias, prazos longos, taxas de juros, eles têm aplicadores do outro lado. Só no rompimento, com a declaração da moratória é que você adquire a capacidade de confronto, e confronto para negociar. Aí eles se sentarão à mesa, porque a nossa atitude, então, terá tal capacidade de perturbação da própria ordem econômica internacional, que já está em frangalhos, já vamos encontrar um sem-número de países associa-



Roberto Campos:

Num momento de afirmação machista podemos romper com o FMI. Mas e o que virá depois da farrá? Desilusão

dos, e que estão sofrendo os constrangimentos que nós estamos sofrendo, para realmente podermos negociar e construirmos uma nova ordem econômica internacional mais justa. E ninguém constrói ordem econômica internacional mais justa conversando na mesa. Por quê? Porque isso implica em melhor distribuição de renda em termos internacionais. Como é que um político na França, quer seja socialista ou não, vai discutir uma ordem econômica que signifique penalizar a sua população? Ele cai do poder no dia seguinte. Então, esta é a questão fundamental, em qualquer tipo de negócio, comprando uma cabra ou negociando a dívida externa, de poder recusar os termos da negociação. E nós hoje não estamos negociando, porque na realidade o Fundo Monetário Internacional não está apresentando uma forma técnica, como se fosse um enfermeiro de um grande hospital, ele está defendendo interesses concretos, ele é auditor do Sistema Financeiro Internacional. Isso é negociação. Isso não significa essa fantasia da objetividade, isso é interesse concreto colocado na mesa. Agora, se nós admitirmos que é preciso ter objetividade para entender as razões do FMI, nós e simos estarmos aceitando a racionalidade do FMI que é destruidora da nossa vida como Nação independente.

— Correio — Temos entre nós dois ex-Ministros do Governo Castello Branco. O primeiro do período pós-64, Governo também que criou esse quadro institucional, econômico, com o qual nós convivemos até hoje, o que foi também o governo a organizar essa crise de estabilização de que fala o ministro Roberto Campos. Curiosamente, tanto no documento dos empresários, como especialmente no documento lido pelo Presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, há referências específicas a várias organizações criadas neste Governo, em que se pede, aparentemente, que elas voltem aos trilhos originais; uma delas é sobre o BNH, em que são feitas referências específicas, ao alto índice de reajuste de prestações — esse índice de 130%, com o qual a Nação brasileira foi obrigada a enfrentar agora — e, do qual se pede, ato como uma condição para sua sobrevivência, que passe a se dedicar mais a habitações para a população de baixa renda. E o outro é o Banco Central: o presidente do PMDB disse explicitamente que as instituições monetárias devem ser reformadas, de maneira a concentrar no Banco Central o efeito controle da criação de liquidez. Aparentemente, tanto num caso quanto em outro era exatamente isso que se pretendia na época. Perguntaríamos ao senador Severo Gomes e ao senador Roberto Campos: houve um desvirtuamento de objetivos?

— Severo Gomes — Quem poderá responder melhor será o senador

Roberto Campos que, realmente, desde o início do Governo Castello Branco trabalhou no sentido da ação do Banco Nacional da Habitação e do Banco Central. Eu gostaria só de lembrar que o BNH, na sua constituição, presumia a aplicação da grande massa de seus recursos para, realmente, resolver o problema da casa popular. E eu até entendo que esses objetivos não foram alcançados por uma razão elementar: porque a grande maioria dos assalariados brasileiros não tem renda para comprar uma casa. Quero dizer, a solução da casa popular é uma questão social que passa, certamente, por subsídios. E eu gostaria de lembrar as referências que o senador Roberto Campos fez ao discurso do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Partido, dizendo que o deputado Ulysses Guimarães fez um discurso defendendo o fim dos subsídios. Mas eu, pessoalmente, com relação à questão de subsídios, estou com o professor Décio Munhoz. Eu acho que há muitos casos em que há necessidade de se subsidiar determinadas atividades, principalmente na área social, na questão do crédito agrícola, como também há certos subsídios que são inteligíveis. Para se dar um exemplo: o Fundo 157, que está aí, e que é apenas uma forma de especulação financeira. Eu acho que o senador Roberto Campos, que foi — vamos dizer — o idealizador do BNH e do Banco Central, poderá colocar estas questões com mais propriedade.

— Roberto Campos — Em primeiro lugar, certamente no Governo Castello Branco não organizamos uma crise, seria masoquismo organizar crises. Nós sofreremos uma crise de desestabilização, como sofre todos os países que são suficientemente imprudentes para se lançarem na hiperinflação. Quanto à pergunta específica sobre o Banco Central e o BNH, eu diria que o Banco Central certamente foi desvirtuado em suas finalidades. Ele foi concebido como controlador e não como cúmplice da expansão monetária. Não foi concebido para se tornar um banco rural fornecedor de subsídios. Essas funções são estranhas ao Banco Central e é urgente recompô-lo com sua vocação original. Quanto ao BNH, há ressalvas a fazer e muitos o fazem, quanto, talvez, a uma ênfase exagerada para habitações de classe média ou mesmo de classe média de um extrato superior, ao invés de concentração maior na habitação popular. Especificamente, no tocante à prestação de 130% me cabe notar o seguinte: se essa prestação significa mero registro da erosão do valor do principal, quer dizer, do capital do banco que foi emprestado, então não há como escapar a isso, porque de outra maneira se estaria erosionando o capital do banco. Isso significaria que futuros pretendentes à habitação não teriam acesso a ela. Estar-se-á dando subvenção aos atuais possuidores de imóveis. O que me parece ter acontecido é que houve na realidade, em muitos dos contratos, uma sobre-estimação da renda familiar, e quando se colocou o problema da prestação descobriram muitos mutuários, que realmente a sobre-estimação da renda familiar — que os levava a assumir esses compromissos — se provou punitiva, e todos eles estão simplesmente angustiados. Eu tenho a impressão que, talvez a única solução seja na realidade estabelecermos um princípio de que será mantida firmemente e intransigentemente uma prestação que represente, em relação à casa própria, o valor proporcional que ele representava inicialmente em relação ao salário. Fixada inicialmente a porção do salário representada pela prestação de casa própria, essa prestação evoluiria, de acordo com os salários. E se coloca o problema da subvenção. E preciso descobrir quem é que paga a subvenção. E aí temos que pensar duas vezes. O Governo já está sobre-carregado por subvenções. Isso é parte do déficit, isso se traduz em recursos do mercado de títulos, isso se traduz em alta da taxa de juros; todo mundo detesta as taxas de juros altas que são formadas não pelo setor privado, propriamente, pelo Governo, todo mundo detesta as taxas de juros altas, mas se esquecem de que, em não havendo subvenções financeiras e em funcionamento, o Governo tem que recorrer ao mercado de títulos, e com isso força a alta da taxa de juros. E preciso examinarmos bem as implicações do problema. Aprioristicamente é muito difícil exigir do assalariado, mesmo que ele tenha calculado mal a sua renda inicial e isso o levou a assumir um compromisso inviável, é muito difícil exigir dele que pague uma proporção maior do seu salário do que a proporção original. Precisamos daí por diante analisar cuidadosamente as estimativas de renda familiar e exigir que dai por diante que elas se cumpriam prestações para evitar-se a percentagem inicial da renda familiar.

Gostaria de voltar rapidamente a algumas das postulações do nosso amigo, o entusiasta debatedor Lauro Campos. Parece que podemos resumir esse raciocínio no seguinte silogismo: a inflação encoraja investimentos porque estimula o espírito dos animais de que falava Keynes. Os investimentos aceleram o desenvolvimento econômico, logo deve aumentar a inflação para acelerar o desenvolvimento econômico. Ele fez algumas afirmativas de que a inflação não interfere com os investimen-

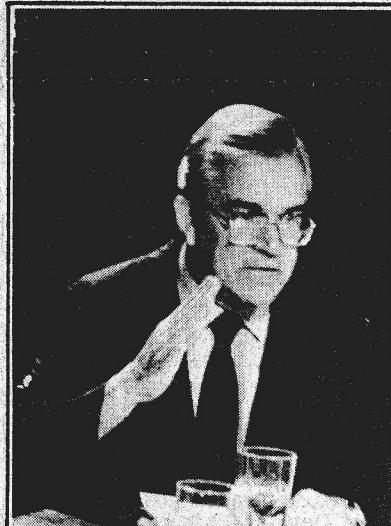
Alternativas para a CRISE

tos. Os investimentos dependem da poupança. O que verificamos é que a poupança interna está declinante; já chegamos a poupar 20% do PIB, e estamos poupançando apenas 14%. A poupança externa, que seria outra forma de financiamento de investimento está declinante. Portanto, os investimentos declinam em função da inflação que desencoraja a poupança interna e desencoraja a poupança externa. Voltamos ao ponto de partida. Por que declinou a renda? Por causa da aceleração da inflação, que por sua vez desencorajou os investimentos internos e investimentos externos. Algum tipo de inflação que esteja dentro dos limites de tolerância da sociedade é compatível com a preservação de investimentos. Qual o limite de tolerância da sociedade?

No caso dos Estados Unidos é de 8%; no caso da Itália era 15%; no caso do Brasil já chegou a 20, 25%. A esse nível de inflação não era possível fazer investimentos, particularmente porque os efeitos de liquidez foram eliminados pela correção monetária. A correção monetária permitiu um ajustamento tal que era possível poupar em termos reais, não produziamos essa inflação, deflacionar, pela correção monetária, o instrumento que fez com que uma inflação de 20 a 25% no Brasil fosse equivalente a uma inflação de 6% na Europa. Mas não é a correção monetária que neutraliza uma inflação de 100%, porque essa inflação não é inflação, é inflamação, é uma doença do corpo social. Gostaria de fazer um outro comentário sobre uma compilação do meu amigo, senador Severo Gomes. Diz ele que a ruptura com o FMI facilitaria as negociações. Francamente, eu não vejo como uma ruptura possa facilitar as negociações.

Uma ruptura provoca o quê? Resentimento e desconfiança, talvez o credor não tem opção, talvez ele tenha que aceitar essas condições, mas aceitará de forma ressentida, de forma magoada e certamente bloqueará o influxo de novos créditos. Ele se contentará em receber ou ter o recebimento adiado, mas ele não vai promover novos investimentos.

— Severo Gomes — Recentemente, as taxas de juros, a deterioração das



Com o Fundo nós vamos chegar a um confronto deitados. Temos que fazê-lo já, propor ainda de pé

relações de troca, a questão nacional, com toda essa história de dominação. Nós temos ressentimentos e não nos negamos a negociar.

— Roberto Campos — Ressentimentos tem todo o mundo subdesenvolvido. Esses países fizeram um ajustamento necessário e nós não fizemos um ajustamento a tempo. E o que fazer? Essas taxas de juros internacionais refletem uma estimativa internacional de inflação, da mesma maneira que quando nós praticamos a correção monetária interna, por que é? Porque a expectativa do poupador é de uma condição da inflação. Assim ele vai parar a moeda verde-amarela, quer dizer, uma demanda enorme de dólares e uma demanda enorme de ouro.

Não estou defendendo a posição,

a política de Reagan.

— Roberto Campos — Acho que a combinação que ele adotou, de política monetária restritiva e política fiscal expansiva — que incidentalmente é a política que vimos adotando até chegar aqui o Fundo Monetário — que o

Brasil estava com a política de Reagan: expansão fiscal e contração monetária, nós estávamos adotando essa perversa política de Reagan, contra a qual protestou o Fundo Monetário e da qual o Fundo Monetário quer nos afastar. O que o Fundo Monetário quer é compressão fiscal, para que se abra espaço para a expansão do crédito ao setor privado. Mas, primeiro você precisa comprimir...

O Sr. Décio Munhoz — foi apoiado pelo Fundo Monetário, pelos banqueiros, e não é um acidente que o Brasil teve, a má gestão econômica foi apoiada pelos banqueiros e pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Governo americano. Ele representa uma contrapartida. A OPEP fez 400 bilhões de saldo positivo, os países ricos consumiram mais 400 bilhões de dólares em petróleo, e nós estamos com a conta de 400 bilhões de dólares, não foi acidente histórico isso.

— Roberto Campos — Eles atenderam os nossos pedidos lancinantes de crédito. E a primeira vez que ouço falar, quando o Banco do Brasil atendeu os pedidos lancinantes de um devedor que o Banco do Brasil está aprovando necessariamente a política do devedor.

— Décio Munhoz — Os banqueiros pressionaram nessa política de endividamento, porque tinham interesse, e os países para poderem gerir os superávits da OPEP.

— Roberto Campos — Nenhum banco obrigou o Brasil a tomar nenhum empréstimo e obrigou o Brasil a tomar nenhum taxa; nós tivemos empréstimo porque quisemos. Apenas isso. Outros países não queriam.

A Colômbia tomou muito pouco emprestado, resultado: tem 3 bilhões de dólares de dívidas e 6 milhões de reservas.

— Décio Munhoz — As discussões internas sobre endividamento eram contidas na medida em que os banqueiros vinham ao Palácio. Os banqueiros vinham ao Palácio apoiar essa política salarial e o Sr. estava no exterior, mas eles vinham apoiar a política e com isso cortavam o caminho da discussão que a sociedade fazia, e diziam ao presidente Geisel: "essa política é correta de endividamento". Não só eles, como o Fundo Monetário Internacional, em seus relatórios anuais.

— Roberto Campos — Desde quando precisamos pedir a aprovação dos bancos para a nossa política de endividamento? Nós queríamos nos endividar e os bancos simplesmente consentiram em nos emprestar.

— Décio Munhoz — Nós, não, as decisões são autocriticas.

— Roberto Campos — Os bancos nos impuseram empréstimos?

— Décio Munhoz — Não. Nessa questão de política de endividamento existem três ou quatro pessoas, que tomavam as decisões.

— Roberto Campos — Cite um caso de um banco que tenha forçado o Brasil a tomar um empréstimo.

— Décio Munhoz — Os bancos? Que bancos? Que negócio era excelente para eles. Era a política de endividamento que convinha a eles, senador.

— Severo Gomes — O senador há de concordar que foi isso que permitiu arrumar as contas externas dos países industrializados. Isso não aconteceu à-toa, isso ai tem uma lógica, deixar de reconhecer a armazém de forças que toma as decisões e conduz o negócio.

— Roberto Campos — Meu caro Severo, o processo de ajustamento dos países industrializados, na primeira crise do petróleo, foi de uma severa recessão.

— Décio Munhoz — Recessão que está custando 400 milhões de dólares para a gente.

— Severo Gomes — E ainda jogando o peso sobre os países pobres, não produtores de petróleo. Veja qual foi o déficit da balança comercial brasileira e de outros países, nessa ocasião.

— Roberto Campos — É surpreendente essa capacidade que nós temos de nos autodesculparmos. Temos que reconhecer francamente os nossos erros, porque atribuir...

— Décio Munhoz — Nossos não, porque a sociedade não participou, se impôs isso à sociedade, e se cortou o caminho para a discussão...

— Roberto Campos — A sociedade não protestou contra aquele empuxo desenvolvimentista. O que a sociedade queria era desenvolvimento.

— Roberto Campos — Desculpe, nós protestamos, claro, e os senadores, claro, que não saiam muito na imprensa. Muita gente da oposição protestou...

— Décio Munhoz — Negativistas, maus brasileiros, pessimistas...

— Roberto Campos — Éramos até impariários...

— Roberto Campos — Não sei, retirei o meu comentário, talvez o senhor tenha razão.

— Roberto Campos — Isso ai coloca uma questão: afinal de contas, quem foi que se beneficiou com o endividamento externo? Agora, há pouco, em uma entrevista ao *Correio Brasiliense*, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, dizia que tinham sido as classes média e alta que tinham se beneficiado com essa endividamento. O senhor concorda com isso?</p